

EDITORIAL *EDITORIAL***Medo, crueldade e necropolítica***Miedo, crueldad y necropolítica**Fear, Cruelty and Necropolitics*■ **Pedro Claudio Cunca Bocayuva**e-mail: cunca@uol.com.br■ **Murilo Peixoto da Mota**e-mail: muriloufrj@gmail.com■ **Laura Rebecca Murray**e-mail: laura.rebecca.murray@gmail.com

A violência, tanto a material como a imaterial, deve ser analisada considerando-se as intersecções, em matéria de análise crítica, trabalhadas nos estudos do conflito político e das formas de dominação, que identificam na corporeidade e na subjetividade os mais diversos traçados, a partir dos quais temos lutas hoje bloqueadas por máquinas de guerra, saque e terror. Os textos deste número de **METAXY** respondem ao desafio de se refletir sobre as forças e os afetos que operam a construção de imaginários que manejam os dispositivos, os aparelhos e as máquinas de poder — policial, militar, judiciário, midiático e religioso —, assim como sobre o agenciamento da enunciação de discursos e de formas de controle social que atualizam a construção dos muros, fronteiras e divisões que marcam, pelo medo, a crise da modernidade.

Estamos diante da forma extrema do *warfare*, isto é, a servidão e a perversão baseadas no medo, que age pela construção de inimigos. Seus modos de produção imaginária definem as formas de ataque aos sujeitos corporificados — com cor e sexo, portadores de desejos de reconhecimento. O poder constituinte da ampliação de direitos está bloqueado pelas forças da arquitetura da destruição material e simbólica do devir emancipatório. O medo é instrumento decisivo para barrar avanços da igual-liberdade, que sempre nasceu da insurgência, da rebelião, do protesto e da resistência dos excluídos, vencidos e subalternizados.

Os textos aqui reunidos tratam dos modos de dominação e controle das populações na contemporaneidade. Vivemos governados pelo medo, ancorado na crueldade e no punitivismo, que marcam os processos de implantação de regimes de segurança. A soberania como exceção implica exercer poder sobre aqueles que devem morrer para se extrair mais valor da gestão pela força, pelo medo, ampliando, assim, a submissão pela limitação das formas de sobrevivência nos territórios.

Em especial nas grandes cidades, mas também nos territórios capturados para o saque ambiental, o trabalho barato é resultado do poder de submissão, do governo da miséria das penas e da prisão. A administração da vida cotidiana pelo medo acompanha o tripé do urbanismo — guerra, negócios e espetáculo —, que depende dos regimes de imposição da acumulação primitiva permanente. O excedente depende do excesso, da desmedida, para se impor sobre as populações como acumulação de poder e de capital em sua forma bifronte de violência material e simbólica, fomentando o contexto traumático da crise prolongada que temos atravessado no Brasil e em grande parte do planeta.

Nossa intenção ao lançar, em julho de 2022, a chamada deste número, sob o título “Medo e a crueldade como dispositivos (necro)políticos da contemporaneidade”, foi investigar o agenciamento e as tecnologias de gestão da vida social pelo medo, considerando o peso das estruturas e das formas que legitimam práticas de desumanização. O medo acentua e se adere ao *ethos* criminalizador e punitivista, que acompanha o neoliberalismo com a destruição de direitos e dos modos de organizar a subjetividade para impor a lógica do darwinismo social. A modernidade líquida e tardia é marcada pela intensificação da crueldade sobre os corpos de mulheres, crianças, adolescentes e idosos, de populações trans, originárias, tradicionais, não brancas e periféricas. O biopoder da segregação define o desenvolvimento socioespacial desigual no sistema capitalista global, definindo funções subalternas para classes e grupos cuja precariedade é instrumentalizada para produzir riqueza e impor uma nova servidão.

A militarização e as políticas de morte são prioridades da agenda da necropolítica. Os investimentos em segurança pública só ampliam e reforçam o caráter colonial e racista que exigiu a superação do modelo hegemônico de “revolução passiva”. O capitalismo organizado, que tentava integrar frações das classes subalternas ao bloco de poder da modernização autoritária, esgotou-se. Esse processo teve fim quando as formas de dominação seguiram os novos rumos da supressão dos pactos de proteção social. A dominação sem véu se manifesta como domínio do mercado, ou como etnização e fascismo abertos.

A criminologia crítica, a teoria crítica dos direitos humanos e a sociologia do cotidiano e do tempo presente fazem da corporeidade um tema central para compreender o elo entre medo, punição desmedida e aniquilamento, que se abatem sobre as forças que afirmam direitos, diversidade e diferença em um horizonte de mudança de hegemonia, com efeito trágico sobre a qualidade da democracia como processo de avanço progressivo na direção de uma igual-liberdade. As novas guerras contemporâneas têm no campo dos afetos um recorte que paralisa o devir como horizonte político e público das ações emancipadoras.

Nos textos aqui apresentados, a inversão do sentido hegemônico das políticas que afetam as grandes majorias na batalha sobre os direitos sexuais e reprodutivos é muito bem traçada, permitindo-nos pensar no confronto necessário entre a afirmação de garantias e direitos, a criminalização e o racismo. As vitórias obtidas na afirmação de agendas de deslocamento na gramática penal se tornam definidoras do devir da escrita política na chave dos direitos humanos, uma medida para pensarmos as condições de derrota do *ethos* neoliberal.

Nas páginas escritas pelos autores e autoras, vemos um esforço cartográfico de identificação das muitas violações perpetradas contra as subjetividades e o agenciamento dos corpos subalternos para processos de mobilidade, hoje bloqueados. O capitalismo no Brasil tem gerado uma desigualdade urbana metropolitana que tem na mendicância social, na violência — sobretudo contra a população negra, a população LGBTQIA+ e as mulheres — e na exploração do trabalho infantil um cenário de gravidade e complexidade.

Aline Lisboa e Raquel Cabral Guilherme de Oliveira, em “A violência cultural contra as mulheres através do processo histórico: Tessituras entre abordagens diversas”, partem da teoria do “triângulo da violência” e de sua interligação com a problemática de gênero para analisar como a violência cultural contra as mulheres fortaleceu as bases para a naturalização da subalternidade feminina, diante da ideia de inferioridade em relação aos homens. As autoras destacam que até hoje práticas violentas, como a necropolítica, permanecem como legado histórico e legitimam a naturalização da violência de gênero, seja no sentido simbólico seja em um viés direto ou estrutural.

Em “O processo de marginalização social de crianças e adolescentes nas periferias da grande metrópole paulista: Uma análise à luz da garantia dos direitos humanos”, Geysa Silva, Vanessa Sousa e Camilla Andrade refletem sobre a realidade nas periferias de São Paulo, que ameaça a dignidade de crianças e adolescentes. O artigo discorre sobre como o seu desenvolvimento físico, psicossocial e familiar é afetado pelo processo de marginalização.

Fernanda Barros dos Santos, em “Entre o fogo cruzado e o Estado democrático de direito: Os desdobramentos da necropolítica no cotidiano das classes subalternas e negras”, discute as políticas públicas de segurança marcadas pela necropolítica nas regiões metropolitanas do Sudeste. Concentrando a análise nas áreas periféricas de São Paulo e do Rio de Janeiro, a autora parte dos dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2023 para refletir sobre as mortes recentes de civis, entre eles jovens e adolescentes negros oriundos das classes populares. O artigo provoca a pensar sobre os meandros das políticas públicas de segurança no âmbito orçamentário e os obstáculos ao seu aperfeiçoamento.

Em “Quando o ‘deixar de agir’ ou ‘deixar morrer’ se configura em uma forma de fazer política”, Lucas Abreu do Nascimento e Mariana Trotta Dallalana Quintans exploram o tema da criminalização da homotransfobia no Brasil. Debatem sobre o projeto central de uma soberania brasileira que utiliza seu poder para definir quem pode viver e quem pode morrer, resguardando a crítica política tardo-moderna apresentada por Achille Mbembe. O artigo discute os limites que constituem os “fracassos” e “avanços” quando os/as sujeitos/as cruzam a linha vermelha da política sexual brasileira na busca de promover e proteger seus direitos sociais e humanos em termos de gênero e sexualidade.

Todos esses artigos provocam a pensar: como avançar nas ações e políticas emancipatórias diante da cortina de fogo do “direito de matar”?

Neste número, vemos o esforço de dar transparência a uma ou mais chaves reveladoras da destruição ativa das referências normativas, legais e mesmo utópicas. O *governar pelo terror* se sustenta nas políticas de bloqueio da reconstrução da justiça social e da via política da memória. As transições bloqueadas continuam sendo cenário de um imaginário

negacionista e de impotência. Estamos diante de um quadro de dominação que se reproduz na chave do medo, reiterando a imagem da destruição e do aniquilamento como guerra religiosa, por meio do processo decisório atual de mobilização para estimular a ação violenta direta. Vivemos, sobretudo com o bolsonarismo e o trumpismo, em uma conjuntura marcada pelos agenciamentos da enunciação discursiva das ideologias da negação, pela desinformação e pela manipulação como parte da nova guerra híbrida.

A guerra neocolonial permanente e o genocídio social repetido contra as populações nas favelas e periferias são revestidos de negacionismo, que reafirma o fascismo como culto da morte. As máquinas de enunciação e as corporações e grupos em rede atuam para se conectar por meio da relação orgânica com as máquinas de guerra. Uma fração da horda se lança no subversivismo de extrema direita. A contrarrevolução é o desdobramento que inverte os valores que amparavam a revolução passiva da velha modernização capitalista autoritária. Uma vez que a sociabilidade se encontra em colapso orgânico, o medo toma conta da capatazia para encobrir o desastre da globalização capitalista — paradoxalmente, sem negar o neoliberalismo. A capatazia só pensa em matar, e a Casa Grande deixou claro que vai lavar as mãos diante do monstro que gerou. O controle social passa da disciplina para a hipótese da tutela anárquica por bandos armados, dos clubes de tiro, das milícias, de novos cruzados, por meio do exercício de formar um ativismo que se espria pelo manejo de estruturas religiosas e redes de clientela. A desigualdade digital se agravou, desafiando o pensar na chave de um novo modo de disputa do ciberespaço.

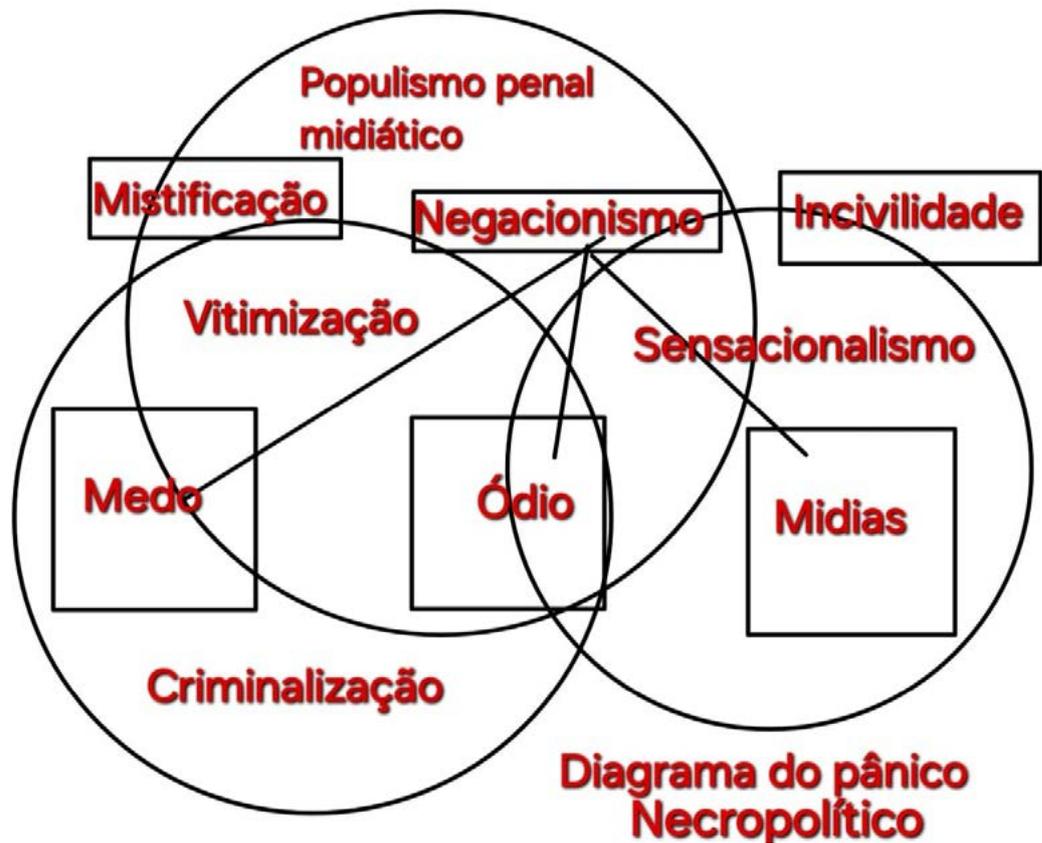
Nos textos aqui reunidos, análises, diagnósticos, diários de campo e entrevistas compõem um conjunto de reflexões sobre o medo e a violência. A partir deles, foi possível desenhar um diagrama do *pânico necropolítico* (ver Figura 1) que situa o medo nas relações entre corpo, território e subjetividade. Trata-se de um diagnóstico necessário de parte da estrutura, da forma e da função que se reproduz como poder biopolítico; de um caminho necessário para traçar mapas alternativos desde uma cartografia das ações de resistência que explicam por que parte do interregno aberto com as últimas eleições presidenciais no Brasil tem a marca de uma espécie de *#MedoNão*, que pode ser destacada no confronto com a barbárie que ainda prevalece na cena contemporânea. A democracia combalida está por um fio.

O diagrama apresenta uma síntese da produção imagética do inimigo segundo as forças do novo fascismo, a fim de ajudar a compreender a lógica daquilo que nos ameaça. Nele, vemos a materialização informal e comunicacional de um projeto de agenciamento coletivo de enunciação cujo centro é a *banalização da crueldade*. Vemos, ainda, como um desdobramento histórico estrutural das violências de raça, sexo, gênero e classe na cultura dominante mobiliza o medo, com a atualização da colonialidade do poder nas formas e afetos que mobilizam e acentuam a unidirecionalidade da pulsão de morte como pulsão de crueldade contra as populações, os direitos e a democracia. Na batalha dos afetos, somos tomados pelo medo, que se radicaliza como incivilidade. Esse processo não tem mais velamento, como vimos nos apelos e apoios ao genocídio no Brasil. A prova é o elogio aos torturadores e a apologia ao estado de exceção.

Figura 1

Diagrama do pânico necropolítico

Fonte:Elaboração própria.



Fazendo jus a essa reflexão, a capa deste número de **METAXY**, de autoria de Murilo Peixoto da Mota, é um registro que faz sobreposição de imagem em preto e branco. Nela, um espectador, o modelo Gabriel Paiva, observa uma fotografia de Evandro Teixeira em uma exposição no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB)¹. Por dois ângulos, a realidade retratada pelo fotógrafo, no período dos “anos de chumbo” no Chile, e o olhar do espectador se sobressaem no cano da metralhadora em punho. A fotografia, que retrata o contexto do golpe militar de 1973, esbarra na cabeça de quem a observa, dando visibilidade ao drama da opressão, em que o medo e a violência, percebidos por dois momentos históricos distintos, um ficcional e outro real, representam as circunstâncias atuais.

No século XXI, a dimensão híbrida das subjetividades coletivas corporificadas acentua o caráter bifronte do sistema dominante com a tecnoesfera e a psicoesfera instrumentalizadas para o fetichismo e o individualismo extremados. A precarização e a falta de garantias dão suporte a um ciclo de medo, no qual o pânico força um modo de montar as imagens que mobilizam e justificam a morbidez generalizada. O negacionismo opera como uma síntese da confluência das ideologias conservadoras, que conseguem canalizar

¹ A exposição, intitulada “Evandro Teixeira – Chile, 1973”, com curadoria de Sergio Burgi, esteve acessível ao público entre 30 de agosto de 2023 e 13 de novembro de 2023.

afetivamente a fúria da miséria moral da horda sob o imperativo do desespero na sombra do recalque do trauma que temem desvendar. A servidão voluntária nasce da contradição da necessidade diante do desejo de se identificar com o opressor. A pedagogia da crueldade convoca para o crime coletivo; estupro, chacina, tortura e execução são perdoados pela inversão de valores, que opera pelo declínio ético, negando nossa humanidade comum. A dignidade é substituída pela hierarquia e o privilégio é afirmado como natural; o poder vale somente para os eleitos, que se unem para servir a um mito que nasce da sua própria desmedida.

Vários dos artigos aqui reunidos falam sobre o poder das mídias, das potências cibernéticas e das redes híbridas, que compõem um conjunto de guerras contra as populações, conduzidas por lideranças que tentam combinar medo e raiva, recortando a cena contemporânea e desenhando estereótipos para enquadrar os “matáveis”. A necropolítica acentua a seletividade e a segregação ao impor um regime de hiperexposição dos precários, que devem escolher entre a servidão voluntária — com participação no corpo da nova “guerra santa” — e permanecer sob o “fogo cruzado”, que se naturaliza como um destino fatal das profecias autorrealizadas. No rolo compressor da aceleração das mensagens, o capitalismo de vigilância se apoia em máquinas de desinformação digital em rede, “recombinadas” com o poder de corporações e grupos que apoiam práticas de golpismo e se reafirmam abertamente como defensores da militarização, da tortura e do extermínio.

Em “O medo na imprensa: Como o jornalismo ajudou a justificar ações violentas do Estado nas favelas do Rio”, Antonio Carlos Ferreira Vianna e Carla Baiense Félix analisam um conjunto de reportagens do jornal *O Globo* que tratam de eventos violentos ocorridos em favelas, buscando identificar nelas os principais elementos que conformam o medo como uma experiência cotidiana da cidade. A partir disso, os autores discutem o papel do jornalismo na construção do medo como força motriz da ordem e justificativa para ações violentas do Estado em territórios de favelas no Rio.

Já em “Interação on-line, agressão verbal e o (não) debate público: O comportamento dos leitores do ‘g1’ no Facebook”, Laura Seligman reflete sobre as condições do debate democrático a partir da análise de comentários em uma rede social. A autora discute os impactos das tecnologias digitais sobre os meios de comunicação, sobretudo com as novas formas de interação e participação e com a ampliação das possibilidades de posicionamento. Também pensando a comunicação, Pedro Barreto Pereira, em “O medo como estratégia discursiva em políticas de segurança pública: Uma análise comunicacional”, argumenta que o medo produz uma agenda pública e midiática de segurança, lei e ordem, sendo também produtor de iniciativas políticas do poder público. O autor ressalta que o medo faz mover forças e poderes que produzem efeitos a partir de seus estímulos nos indivíduos e grupos sociais.

Em “Convergência midiática e de pautas conservadoras no Brasil: A conexão do discurso de Jair Bolsonaro com o ‘Alerta Nacional’ de Sikêra Júnior”, João Paulo Carrera Malerba e Rosângela Fernandes discutem a disseminação da intolerância em um ambiente

mediático convergente, composto pela televisão e pelas novas mídias. Nesse ambiente, a televisão, sobretudo a TV aberta, é reconfigurada, sendo utilizada por políticos como Bolsonaro de forma complementar — e, portanto, não menos importante que as redes sociais — em suas estratégias de comunicação.

Marina Lopes de Souza e Telma Sueli Pinto Johnson, em “Necropolítica na mídia noticiosa: Paradoxos discursivos sobre o assassinato da menina Ágatha Félix nos websites ‘Alma Preta’ e ‘O Globo’”, cotejam as formas de enquadramento da violência policial e sua relação com o racismo nos dois veículos, um hegemônico (*O Globo*) e um contra-hegemônico (*Alma Preta Jornalismo*). Os resultados mostram o primeiro, apesar de apresentar uma cobertura factual mais detalhada em relação ao segundo, não aprofunda o problema societal sistêmico das relações entre violência policial e racismo.

Em “Os impactos da pandemia na acentuação da desigualdade digital”, Murilo Peixoto da Mota e Lucas Silva dos Santos mostram como a pandemia de covid-19 intensificou a desigualdade digital no Brasil, principalmente entre estudantes do ensino superior. O artigo argumenta que a implementação do ensino remoto emergencial foi uma medida crucial para assegurar a continuidade das atividades acadêmicas durante a pandemia, mas careceu de políticas públicas abrangentes, voltadas para a promoção da inclusão digital, o acesso pleno aos recursos tecnológicos e a capacitação adequada de professores e estudantes.

Como se pode observar, uma das chaves de leitura dos textos deste número é o tripé das teorias críticas em direitos humanos, comunicação e criminologia, enriquecidas por metodologias de pesquisa que medem o alcance dos aparelhos de hegemonia que operam ao ritmo das máquinas de guerra. Os dispositivos e tecnologias de poder no século XXI mostram muito mais que narrativas ou discursos. Seus efeitos sobre corpos e mentes têm nos lançados em novas intensidades em matéria de limiar de violência. Vivemos a passagem ao ato sem velamentos e com o aumento do limite extremo em matéria de gozo punitivo e de prazer em acentuar medo. O trauma coletivo causado pelas mortes em curso retroalimenta o populismo penal midiático — categoria central nas análises dos autores e autoras —, que funciona de forma aberta na legitimação perversa da catástrofe que acompanhou um cenário de milhares de mortos no contexto da pandemia. O discurso da seleção dos mais aptos se serviu da velha defesa do extermínio e do brutalismo no cotidiano da violência do Estado e na sociedade, indo muito além da razão cínica, por meio das marcas acentuadas da crueldade e da incivilidade.

A religião, como poder simbólico e campo, cumpre função estratégica no discurso e na ação neoconservadora, sendo também discutida em vários dos textos. “O avanço neoconservador e a religiosidade no Brasil: Um olhar sobre a ascensão de Bolsonaro e a relativização dos direitos humanos”, de Gerson Pereira Minguta, Pedro Henrique Pereira Nova e Vitor Maurício dos Santos Matos, analisa os elementos neoconservadores e religiosos determinantes da agenda política que culminou na vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Os autores refletem sobre os desafios, no contexto histórico analisado, para os direitos humanos, especialmente para as questões de gênero, a sexualidade e a educação.

“Os intelectuais são o ópio do povo”. Essa é a clássica inversão fascista de valores e de direção intelectual e moral que considera a cultura o lugar de maior ameaça aos valores da tradição, da família e da propriedade. A busca por reconhecimento pela via do sagrado se coloca no embate contra as pretensões e valores que afirmam a diversidade e o conhecimento, como base do contrato social de subjetividades iguais e autônomas. Essa operação ideológica tem um peso decisivo na articulação da simbologia que compensa a fragilidade em matéria de projeto da nova extrema direita. Podemos antecipar a questão de onde se situa o fascismo social nessa equação que busca alimentar o controle e a violência simbólica sobre as populações, sob o manto do sagrado e de uma retórica pseudonacionalista.

O bolsonarismo se sustenta em um enorme deslocamento ideológico: o medo das massas passa por uma máquina ou aparelho de hegemonia, em que a força material e simbólica do pentecostalismo opera como espinha dorsal das alianças do bloco conservador. O processo repete a percepção da ameaça que vem das camadas médias contra os direitos dos grupos sociais subalternos e excluídos, que se dá na luta contra a educação por aqueles que se identificam com o preconceito contra a “cultura”, entendida como lugar do “pecado”. A identificação com “um de nós”, com o velho “Zé Ninguém”, parece reaparecer nessa mistificação da grosseria e do autoritarismo, do feixe de preconceitos que acentua as identificações ideológicas como estrutura de fé, como visão de mundo.

Como se pode ver neste número de **METAXY**, a razão cínica e a cultura do medo seguem os contornos de enquadramentos que segregam. Nos diferentes textos aqui apresentados, vemos processos e formas de moldagem da produção subjetiva nas pegadas do biopoder da dominação necropolítica, em que o declínio da hegemonia faz da leitura punitiva a chave de controle dos corpos, das necessidades e dos carecimentos. Quanto aos grupos subalternos, mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+, sua descartabilidade, seu aprisionamento e seu sofrimento são justificados por força de uma visão que encontrou na violência simbólica da economia do sagrado um vetor para o poder de polícia e de eliminação.

Como sabemos, essa operação teve como efeito a chegada de Bolsonaro à Presidência da República. A manipulação das operações publicitárias da pós-verdade promoveu a ideia de que ele era um *outsider* da política. Os desdobramentos dos ataques à “classe política”, à universidade, à magistratura, aos jornalistas, em nome da “liberdade” de opinião acentuaram a ruptura com o velamento do respeito aos direitos e à dignidade humana em geral. As tecturas do neoliberalismo disciplinar com o necropolítico, bem como o tempo de aceleração da violência destrutiva de laços sociais e de políticas públicas, explicam a montagem de governos minimalistas e repressivos que exploram a emergência discriminando o que “contamina” os valores supostamente sagrados, a partir dos quais todo abuso é permitido.

O estado de exceção, a manipulação do “sacrifício”, tem dado o toque essencial e complementar para o exercício da força bruta. Isso, ironicamente, permitiu aos dirigentes religiosos o uso da economia, em nome da prosperidade, como fator de pressão para o racismo, com o cinismo em matéria de leitura da desigualdade na capacidade de praticar o isolamento durante a pandemia. Esse jogo entre “a bolsa e a vida” teve na naturalização

do sacrifício real de vidas um dos efeitos mais nefastos, com a hiperexposição ao vírus por parte de milhões de pessoas. O adoecimento é mais um efeito da morbidez alimentada pelo bolsonarismo, com o amparo do fatalismo de segmentos de igrejas em uma aposta mórbida com efeitos dramáticos, sempre manipulando a noção de família e a moralidade cínica em nome de Deus.

Trauma e dor atravessam os desafios de se construir uma clínica capaz de lidar com a marca racial, inscrita na subjetividade corporificada. O sofrimento psíquico se revela como um campo decisivo para a escuta da crueldade, da violência material e simbólica que atravessa e constitui o campo da saúde mental no Brasil. Como construir uma atenção pública a partir de um novo paradigma radicalizado do “cuidado” coletivo com os outros, que modifique os tratamentos nas instituições do Estado, e de um associativismo popular que lide com o sofrimento e o isolamento extremo que afetam a população tão marcada pela colonialidade racista e escravista? A política antimanicomial enfrenta o racismo institucional, como vemos das lacunas que resultam da reforma inconclusa — isto é, das lacunas em matéria de ações que considerem a realidade dos números do adoecimento em sua especificidade de segregação pela cor.

Nesta publicação, temos uma ampla abordagem dos atravessamentos da violência material e simbólica, tanto na crueldade visível e sem véus, quanto na invisibilidade forçada, que acaba impedindo que as vozes e a memória da dor se revelem no exercício da clínica no plano da saúde mental. Em “O cuidado racializado ao usuário preto em sofrimento psíquico: Um relato de escrivência”, Matheus Marques Ferreira e Cláudia Mara de Melo Tavares refletem sobre o encontro-cuidado entre um residente preto e sensível às questões raciais e uma usuária preta em sofrimento psíquico. Aqui, o ato de *escrevinhar* é revelador. Uma confluência de campos para o tratamento, a arte e a técnica literária, permitem que a escrita seja instrumento de aprimoramento das ferramentas clínicas. A visibilidade do recorte racial exige um operador técnico e uma decisão ética. Por meio da ferramenta-quilombo literária *escrevivência*, de Conceição Evaristo, abrem-se possibilidades para uma escrita, um diário da dor singular de uma mulher preta que liberta e resgata a potência emancipatória em um encontro com força amorosa. Pela *escrevivência*, vemos a força da palavra mediando a práxis clínica em saúde mental a partir de um “encontro-cuidado” entre o residente e a usuária, como um registro do modo amoroso do cuidado para lidar com a complexidade de um quadro de sofrimento psíquico.

Zarina e Eno, usuária negra e enfermeiro negro, apresentam no registro da *escrevivência* um modo de lidar com os desafios do processo de reconhecimento, das dores diante da dominação branca, dos custos da denegação e das barreiras que levam a um adoecer acentuado pelas marcas do racismo. No texto, o retrato da dor ganha a beleza da forma literária, que apresenta o real sob a forma virtual de um devir, a partir da força de um encontro, em que o respeito e a amorosidade permitem entender a fala que busca a “alforria”.

Este número de **METAXY** vai ganhando força a cada barreira superada, a cada tema cartografado, a cada passo de pesquisas e escrita, pincelando uma camada de sentido. Vale ler as partes separadamente, mas temos de destacar a força da polifonia que nasce do entendimento da corporeidade sob os mantos da violência material e simbólica, em que traumas, medos e riscos são desvendados na profundidade necessária. O que devemos

temer é fruto do medo que carrega o algoz, que agora se sente autorizado a não ter culpa quando comete atos, gestos e ditos abomináveis em nome do culto da morte, sob o pretexto de afirmar a igualdade sufocando a diversidade e a diferença; é fruto do medo da expansão da cidadania e do reconhecimento das potências da vida como um valor acima da moeda e da imposição de uma vontade alienada.

O triângulo da violência machista é composto por três faces, a direta, a estrutural e a cultural, que operam de forma interligada na legitimação e sustentação das práticas da violência de gênero. O mesmo discurso patriarcal revela o longo curso do abuso, do estupro e da inversão perversa que culpabiliza a vítima. As novas guerras contemporâneas têm no campo dos afetos um recorte que define o horizonte político e público das ações emancipatórias. A militarização sustenta o governo da morte produzindo inimigos, apresentados como prioridades para eliminação na agenda necropolítica. Os investimentos em segurança pública só ampliam e reforçam o caráter colonial e racista que impede a superação do modelo hegemônico.

Natália Damazio Pinto Ferreira, em “Viver do jeito que dá: Necropolítica e tortura nas prisões do Rio de Janeiro”, faz uma análise etnográfica dos relatórios da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, abrindo para amplas reflexões. A autora discute os dispositivos necropolíticos no país desde a colonização, com imbricação com a tortura, mas com algumas formas de resistência.

Em “Direitos humanos e a crise do sistema penal no pensamento de Eugenio Raúl Zaffaroni”, Roberta Duboc Pedrinha, Sergio F. C. Graziano Sobrinho e João Ricardo W. Dornelles analisam a crise do sistema penal e sua ocultação pelos discursos midiáticos a partir da obra do pensador argentino Eugenio Raúl Zaffaroni. Por meio de uma interlocução com esse importante jurista, debatem as injustiças e a proteção dos direitos humanos, refletindo sobre a memória das vozes dos diferentes segmentos sociais oprimidos e a proteção dos mais vulneráveis a limitar os abusos do poder punitivo.

Ao longo deste número, a inversão do sentido hegemônico é uma exigência para a formulação das políticas que afetam as grandes maiorias. Na batalha sobre direitos sexuais e reprodutivos, é traçado um plano de afirmação de garantias e direitos que rompam com a criminalização e o racismo. Na entrevista que compõe este número, Murilo Peixoto da Mota, editor da **METAXY**, conversou com a ativista Alessandra Ramos (1981-2022), brilhante ativista no combate à LGBTIfobia. Ela discorreu sobre como a conjuntura de gênero, o racismo, o machismo estrutural e as lutas contra as vulnerabilidades sociais e econômicas atingem a população LGBTQIA+, principalmente as pessoas trans.

Vemos também como as vitórias obtidas na afirmação de agendas de deslocamento na gramática penal se tornam dádivas para pensarmos as condições de derrota do *ethos* neoliberal que tem alimentado a agenda de uma fascistização. Em “Dúvida e alívio: Sobre o contrário do poder”, Matheus Bento Costa mobiliza considerações críticas de Zygmunt Bauman e Byung-Chul Han para tratar da atualidade do problema decisionista nazista para chegar ao que se tem hoje, um coletivo em que a transparência traduz um estado individual de “transparência”. O autor se propõe discutir sobre a transparência na administração das democracias neoliberais no pós-guerra.

Já Ricardo Rezende Figueira, em seu artigo “O caucho e a pecuária: A escravidão na Amazônia”, reflete sobre dois movimentos migratórios para a Amazônia brasileira provocados pela extração do caucho e sobre um terceiro movimento, financiado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O autor coteja esses contextos e chama atenção para o fato de que, apesar do número expressivo de pessoas submetidas à escravidão por dívida, não se construiu uma política pública para o enfrentamento do problema.

Seja no todo ou em suas partes, este número é motivo de muito orgulho para a **METAXY**. Ele apresenta uma sinfonia perturbadora, porém afinada, sobre o medo em um país onde a crueldade e as violações se sucedem com a imposição de máquinas de guerra e de enunciação da vontade de reprodução do poder.

Boa leitura!

Pedro Claudio Cunha Bocayuva é professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos – Suely Souza de Almeida (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador do Laboratório de Direito Humano à Cidade e Território (LDCT) do NEPP-DH. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR) da UFRJ, mestre pelo Programa de Pós-Graduação Acadêmica (PPGA) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e graduado em história pela PUC-Rio. Membro do Grupo Trauma e Catástrofe e da Rede Lastro de Pesquisa.

Murilo Peixoto da Mota é sociólogo do NEPP-DH e pesquisador/colaborador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) do mesmo núcleo de pesquisa. Pesquisador de pós-doutorado no PPDH/NEPP-DH. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFRJ, mestre pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e graduado em ciências sociais pela UFRJ.

Laura Rebecca Murray é Professora do NEPP-DH e de seu PPDH. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa sobre Direitos, Corporeidades e Políticas de Imagem (Ladcopi) do NEPP-DH. Doutora pelo departamento de Sociomedical Sciences da Columbia University (EUA), mestre pelo International Health do John Hopkins University Bloomberg School of Public Health (EUA) e graduada pela Wellesley College (EUA). Membro do Coletivo Puta Davida e da Rede Brasileira de Prostitutas.

Como citar:

BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha; MOTA, Murilo Peixoto da; MURRAY, Laura Rebecca. Medo, crueldade e necropolítica. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 5, n. 5.1, p. 6-16, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>